

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004364-90.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Adreia Stefani da Costa**
 Requerido: **Rps Engenharia Ltda**

ADREIA STEFANI DA COSTA ajuizou ação contra RPS ENGENHARIA LTDA, pedindo que a ré seja instada a reparar os vícios construtivos existentes em seu imóvel. Alegou, para tanto, que adquiriu o imóvel situado na Rua 09, nº 247, Jardim Gramado, nesta cidade, cuja construção fora realizada pela empresa ré. Contudo, com o passar do tempo foram constatados vários vícios construtivos existentes no imóvel, os quais não foram solucionados pela ré.

A ré foi citada e não contestou o pedido.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (art. 344 do Código de Processo Civil). Ademais, a construtora é responsável pela falta de solidez e segurança da obra pelo prazo de cinco anos contados da data de seu recebimento (art. 618 do Código Civil), cabendo-lhe, dessa forma, sanar os vícios presentes no imóvel da autora.

Entretanto, não ocorreu uma efetiva violação de direitos da personalidade de titularidade da autora, de maneira que não é identificado um prejuízo extrapatrimonial e não há um dano moral para ser ressarcido.

Está pacificado que: *"o mero inadimplemento contratual não enseja, por si só, indenização por dano moral. 'Salvo circunstância excepcional que coloque o contratante em*

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

situação de extraordinária angústia ou humilhação, não há dano moral. Isso porque, o dissabor inerente à expectativa frustrada decorrente de inadimplemento contratual se insere no cotidiano das relações comerciais e não implica lesão à honra ou violação da dignidade humana' (REsp n. 1.129.881/RJ, relator Ministro MASSAMI UYEDA, 3ª Turma, unânime, DJe 19.12.2011)" (AgRg no AgRg no Ag 546.608/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 09/05/2012).

Os defeitos construtivos e as angústias e transtornos deles decorrentes devem ser considerados como mero aborrecimento, não importando em violação a direito da personalidade (TJSP, Ap nº 0000069-91.2011.8.26.0472, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, j. 01.12.2015).

Diante do exposto, acolho em parte o pedido e condeno a ré a reparar os danos existentes no imóvel e apontados na petição inicial, no prazo de um mês, sob pena de incidir em multa diária do valor de R\$ 100,00.

Rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Condeno à ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em R\$ 1.500,00.

P.R.I.

São Carlos, 03 de junho de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA